

Dialogando com os obsessivos do tempo

Guilherme Ribeiro *
geofilos@ig.com.br

Resumo

A proposta deste artigo é destacar como o espaço vem sendo interpretado por determinados cientistas sociais dentro da perspectiva de sublinhar sua importância a cerca de seu caráter singular, dotando-o da capacidade de ser, simultaneamente, ativo e passivo na construção da História.

Palavras-chave: espaço; tempo; inércia dinâmica; Geografia; História.

Introdução

Buscamos identificar alguns dos principais cientistas sociais que podem ser caracterizados como sendo “os obsessivos do tempo”, que refutam toda e qualquer tentativa de análise que inclua o espaço como uma categoria essencial na apreensão do processo histórico. Tendo em mente que o artigo não dá conta de uma série de leituras, e a obra de Edward Soja (1993) torna-se a principal referência de nossa análise. A problemática estudada tem como campo de reflexão o marxismo ocidental, destacando o reino do historicismo e a servidão da espacialidade, a relação estabelecida entre a Geografia e o Marxismo, a Geografia e a História.

Num segundo momento, faremos a discussão sobre a categoria espaço, procurando identificar sua concepção predominante no âmbito das Ciências Sociais e reconhecer seus principais aspectos. A seguir, refletiremos sobre a natureza do espaço geográfico, sublinhando-o através de sua especificidade, numa tentativa de contribuir para o debate a cerca da epistemologia da Geografia.

Dialogando com os obsessivos do tempo

Soja destaca como principais representantes do historicismo marxista C. Wright Mills, Peter Saunders, Ann Markusen, Henri Bergson, Georg Lukács, os economistas neoclássicos e, sem sombra de dúvidas, o próprio Marx (SOJA, 1993), enquanto Löwy, que analisa a natureza do pensamento historicista, também destaca Georg Lukács, além de Karl Korsch, Antonio Gramsci e Lucien Goldmann (LÖWY, 1998).

O ponto de partida dado por Soja é o sociólogo C. Wright Mills, para quem o estudo social só pode ser apreendido através da História, isto é, de uma seqüência, de uma biografia; a compreensão do que se passa ao redor do indivíduo, de suas experiências e das de outros indivíduos deve situá-lo dentro de seu período.

Entretanto, na concepção de Mills, o período não está em lugar algum; não há uma Geografia em sua imaginação sociológica. O tempo é a categoria circundante das relações sociais, e o espaço é sempre recôndito, ausente, morto. Segundo Mills (*Apud* SOJA, 1993, p.21), “(...) Nenhum estudo social que não retorne aos problemas da biografia, da história e de suas intersecções na sociedade completa sua jornada intelectual”. Nessa perspectiva, questões como onde o indivíduo nasceu, viveu e morreu, e porque sua história aconteceu num dado lugar ou como esse lugar¹ condicionou suas relações na sociedade não são em absoluto questões relevantes, mas apenas o fato de como o tempo atua na sociedade.

Soja aproveita as afirmações de Mills e detecta primeiramente o distanciamento da História em relação à Geografia; a noção de que os acontecimentos e a imaginação sociológica deste autor negligenciam o espaço são sublinhadas. No espaço, a Geografia não representa sequer o palco das ações humanas; a História é o tablado e a ação ao mesmo tempo. Mesmo reconhecendo que esta ciência tem tido um papel central na disputa contra o *status quo*, impõe-se uma revolução no modo de pensar os acontecimentos e na maneira como eles se dão. Em outras palavras, dotar a História do monopólio da teoria crítica é ignorar a potencialidade contida numa explicação singular que conjugue tempo e espaço simultaneamente, pois, na prática, eles já se fundiram, não havendo como tratá-los separadamente (SANTOS, 1993).

Como podemos traduzir as censuras feitas por Soja? Seu intuito é claro: essa revolução dar-se-á através da convocação do espaço como uma categoria cujo potencial emancipatório é indispensável. Quando o espaço é tratado como recôndito, despercebidamente também há um outro processo paralelo a este: a manutenção do *status quo* (SOUZA, 1995). Assim sendo, uma interrogação se impõe: Até que ponto a negação do espaço ratifica o poder instituído?

Um dos aspectos que devem ser ressaltados, no tocante à obra de Soja, é o fato de que a contribuição da História e sua relevância são uma referência constante; essa insistência, embora possa parecer desnecessária, não o é. Confessar a História significa, na maioria das vezes, a negação de explicações desprovidas de nexos, infundadas; em suma, a-históricas. Contudo, essa atração

pode ser fatal. Conforme ele mesmo assinala:

Tanto o atraente discernimento crítico da imaginação histórica quanto a sua necessidade continua ser vigorosamente defendida contra as mistificações desvirtuadoras contribuíram para a sua asserção exagerada como historicismo (SOJA, 1993, p. 22-23).

Ainda nesse primeiro momento, ele aproveita para repensar o próprio conceito do que seja o historicismo e seus desdobramentos, numa concepção bastante original do termo², além de revelar um aspecto deveras particular: quando vozes isoladas começavam a enxergar e discutir o espaço, no final dos anos 60, o historicismo desempenhava o papel da linguagem científica da época. A possibilidade da inserção da dimensão espacial no cerne da teoria crítica era, então, um passo para a não-aceitação entre seus pares; admiti-la significava não ser compreendido pelos demais. O tempo era a condição para ser *insider*, e o espaço, *outsider* no meio acadêmico³. Este foi o caso, p. ex., de Foucault.

Procurando expor as mudanças de enfoque incorporadas pela Geografia marxista pós-moderna, Soja (idem, p. 84) assinala os esforços de Harvey, Massey e Smith no intuito de realçar o caráter geográfico do materialismo, embora Soja confessa que o desenvolver de suas próprias considerações não sejam tão significativas quanto suas observações iniciais. Todavia, as reações a essas novas atitudes e posturas de determinados autores ainda provocavam choques de incredulidade e ignorância. Incredulidade, porque não havia por parte dos obsessivos do tempo a percepção — já tão evidente em alguns — do alcance e da relevância do espaço; e ignorância, por achar que este se constituía em algo peculiar, exótico; supérfluo.

Soja (1993) cita Peter Saunders que, partindo desse ponto de vista, tenta a todo custo nos convencer de uma “sociologia urbana não-espacial”. Seu conselho para os sociólogos urbanos é de uma convicção que impressiona:

Desde a obra de Robert Park, no início deste século [XX], os sociólogos urbanos vêm desenvolvendo visões teóricas que foram minadas pela tentativa insistente de adaptá-las a uma preocupação teórica com o espaço. É hora de nos livrarmos dessa camisa-de-força teórica. É hora de colocar o espaço em seu lugar, como um fator contingente a ser considerado nas investigações empíricas, e não como um fator essencial a ser teorizado em termos de suas generalidades. É hora de a teoria social urbana desenvolver uma focalização clara de algum aspecto da organização social do espaço, e não de tentar manter uma ênfase supérflua na organização espacial da sociedade. É hora, em suma, de desenvolver uma sociologia urbana não-espacial que, embora reconhecendo a importância empírica das disposições espaciais, não procure elevar essas disposições à categoria de um objeto teórico distinto (Apud SOJA, 1993, p. 87, grifo nosso).

Que afirmação insólita a de Saunders: colocar o espaço em seu lugar! Como isso pode ser possível? Por que a categoria espaço não pode ser objeto de teorizações e análises? O espaço é sempre o mesmo, isto é, não haverá diferentes recortes espaciais passíveis de conceituação? A reflexão sobre a dimensão espacial que nos circunda representa mesmo uma camisa-de-força teórica?

Analisando detalhadamente a citação anterior, é possível perceber nitidamente que ela é intrinsecamente contraditória, na medida em que é impossível delinear o urbano a-espacialmente. Ou o urbano não é um recorte no espaço?

As possibilidades interpretativas de uma articulação entre o tempo e o espaço, rompendo com posturas parciais e tendenciosas, são efetivamente obliteradas por Saunders. Seu raciocínio nos permite capturar a exata dimensão da subordinação do espaço nas Ciências Sociais, numa resistência fortemente armada contra uma conotação espacial na Sociologia Urbana, vista por ele como limitadamente temporal e histórica.

É hora, isso sim, de materializarmos as sucessões, as seqüências, as construções e desconstruções, o devir; em suma, a História, em algum lugar. Teorizar sobre esse processo, que por sua vez está distante de ser casual e aleatório significa declarar a necessidade da *materialização da História no espaço e do espaço na História*, reconhecendo inequivocamente que a construção do espaço é determinada pelos interesses das classes dominantes; é hora, sim, de materializar o *tempo* em um determinado *espaço* e refutar a noção de que este é algo irrelevante. O espaço “está em múltiplos lugares”, ou seja, sua apropriação faz parte da reprodução e da sobrevivência do capitalis-

mo desde que este o percebeu como categoria fundamental para sua manutenção. Diante deste panorama, a pergunta a ser feita é: quando chegará o *tempo do espaço*? Outra interrogação que se impõe: o espaço não faz parte da História e não é, também, História, visto que é uma construção humana?

O tempo do espaço não chegará jamais para a economista Ann Markusen – citado por Soja -, nem tampouco para os economistas neoclássicos, cujas posturas revelam a primazia do tempo e a subordinação do espaço. Sua leitura de Harvey detectou um aspecto típico da ciência burguesa, atribuindo características aos lugares e as coisas, isto é, ao espaço, ao invés de se “ater à dinâmica de um processo como foco analítico” (*Apud* SOJA, 1993, p.128).

Então o espaço não é merecedor de um foco analítico? Ou o espaço não é um processo? Desconsiderá-lo, sim, não seria uma maneira de negligenciar o poder que o mesmo possui, contribuindo para a reprodução da classe burguesa? Não seria essa produção uma necessidade para a sobrevivência da burguesia enquanto classe, e não um mero aspecto contingente⁴? Como admitir as apropriações dessa categoria pelo capitalismo como uma mera coisificação?

Para nós, considerar a produção do espaço como um mero aspecto ambiental, “natural”, e não apreendê-la como uma estratégia de acúmulo de capital, agilizando a captura da mais-valia, é fundar-se numa ótica que admite as trocas comerciais e a circulação, dentre outros aspectos, como independentes das conseqüências da produção do espaço, e que tal produção também independe do sistema econômico como um todo. Aqui, outro axioma de nossa pesquisa se impõe, nos convencendo de algo imperceptível em Markusen e outros autores: o de que toda produção é, inequivocamente, uma produção de espaço (SANTOS, 1978). A partir desse quadro, nossa dúvida é como inserir tal consideração na economia política marxista, se o que vemos são posições inexoráveis como a exposta acima⁵?

Se Markusen desconhece a relação necessária entre a produção do espaço e a reprodução do capitalismo, é nítida a diferença de análise, de postura diante do real, entre sua afirmação e o novo olhar proposto por Neil Smith, entrelaçando a Geografia (“o ambiente construído”) e a Economia no intuito de afirmar a inequívoca apropriação capitalista do espaço:

O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas (SMITH, 1988, p.19).

Outro alvo de críticas são os neoclássicos. A seu respeito, Soja afirma que estes, assim como em outras nuances do positivismo e funcionalismo, também negaram o espaço; “(...) seus teóricos mais influentes (...) produziram, orgulhosamente, visões de uma economia despolitizada, que existia como se estivesse (...) na cabeça de um alfinete (...)” (Soja, 1993, p.42-43), embora a dimensão temporal fosse posta num plano indispensável para o entendimento do capitalismo. Embora não enfoque sua dimensão espacial, Moreira (1993, p.98-99) não mede esforços na crítica à economia neoclássica, admitindo mesmo sua ausência de historicidade, na medida em que considera o mercado como algo natural, dado. Se a própria historicidade é negligenciada, como falar, então, de espacialidade?

Em Henri Bergson, um “miope espacial” que estimulou a subordinação dessa categoria na última metade do século XIX, o tempo é o dinâmico, o revelador do real, sendo o espaço visto de maneira estanque, repartida; deveríamos realizar um verdadeiro “exorcismo espacial” se levarmos em consideração a fala de Lefebvre, que afirma que Bergson “joga todos os pecados no espaço” (*Apud* SOJA, 1993, p.151).

O tratamento dicotômico dado a estas categorias influenciou também a Lukács e muitos outros historicizadores durante o século XX. Lukács concebia o espaço não de modo irrelevante, inútil e indispensável, como os autores vistos anteriormente. A singularidade da percepção lukácsiana reside na idéia de que a luta de classes, a consciência de classe seria obstaculizada por uma dimensão espacial. Segundo Soja:

Essa forma de antiespacialismo talvez tenha encontrado sua mais rígida codificação na History and Class Consciousness (História e Consciência de classe), de Lukács, onde a consciência espacial é apresentada como a epítome da reificação, como a falsa consciência, manipulada pelo Estado e

pelo capital para desviar a atenção da luta de classes (Ibid., 1993, p.109)

Como admitir esse raciocínio como verdadeiro? Essa é uma noção que não se justifica sob quaisquer condições, pois uma provável emancipação da classe proletária não passaria apenas e restritamente pelo entendimento da História da luta de classes, mas sim pela compreensão de como o modo de produção capitalista contemporâneo se utiliza, se apodera e organiza o espaço para dificultar o reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe antagônica aos seus interesses. Recentemente, Harvey demonstrou sem maiores esforços como as novas configurações espaciais produzidas pelo regime de acumulação flexível funcionaram como uma estratégia que impossibilitou o fortalecimento e mesmo a formação dos sindicatos (HARVEY, 1992). Por acaso os sindicatos não se constituem como um dos pressupostos fundamentais para a consciência de classe? Compreender a organização espacial não seria um *handicap* de relevância inquestionável para as demandas dos proletários?

Ainda sobre Lucács, de maneira interessante e curiosa é a interpretação de sua célebre frase "A verdade está na totalidade" (*Apud* HOBBSBAWM, 1988). Se este filósofo não percebe o espaço como fazendo parte da totalidade, podemos concluir, portanto, que para ele a totalidade é uma categoria a-espacial. Estado e pelo capital para desviar a atenção da luta de classes (Ibid., 1993, p.109)

Como admitir esse raciocínio como verdadeiro? Essa é uma noção que não se justifica sob quaisquer condições, pois uma provável emancipação da classe proletária não passaria apenas e restritamente pelo entendimento da História da luta de classes, mas sim pela compreensão de como o modo de produção capitalista contemporâneo se utiliza, se apodera e organiza o espaço para dificultar o reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe antagônica aos seus interesses. Recentemente, Harvey demonstrou sem maiores esforços como as novas configurações espaciais produzidas pelo regime de acumulação flexível funcionaram como uma estratégia que impossibilitou o fortalecimento e mesmo a formação dos sindicatos (HARVEY, 1992). Por acaso os sindicatos não se constituem como um dos pressupostos fundamentais para a consciência de classe? Compreender a organização espacial não seria um *handicap* de relevância inquestionável para as demandas dos proletários?

Ainda sobre Lucács, de maneira interessante e curiosa é a interpretação de sua célebre frase "A verdade está na totalidade" (*Apud* HOBBSBAWM, 1988). Se este filósofo não percebe o espaço como fazendo parte da totalidade, podemos concluir, portanto, que para ele a totalidade é uma categoria a-espacial.

O espaço a-histórico e o espaço histórico

Entretanto, não basta fazer uma crítica aos "obsessivos do tempo" se não houver uma reflexão acerca da natureza do espaço, pois se não identificarmos suas características e propriedades como reclamaremos das apropriações feitas até então?

Se a Geografia é a ciência que o reconhece como seu principal objeto de estudos, cabe à mesma realizar uma efetiva "radiografia" do espaço geográfico, afirmando a especificidade dessa ciência diante da sacramentada concepção de espaço conhecida pela Filosofia e pelas Ciências Sociais.

Estamos nos referindo ao espaço absoluto newtoniano, cuja principal característica é o distanciamento, a separação em relação à matéria; dessa forma, constitui-se como algo anterior a toda e qualquer produção humana; não é um dado da existência do Homem; não se afirma como um instrumento empírico de comprovação, pois, se é "descolado" da matéria, pertence primordialmente, à consciência humana, existindo de maneira autônoma e independente do Homem. Se para Aristóteles era correto pensar o espaço como um simples acidente da matéria, para Newton o espaço — como também o tempo — representava uma mera abstração; algo em si mesmo (SMITH, 1988, p.114).

Para Newton, a matéria se apresenta no tempo e no espaço; se sua forma de conceber o espaço é manifestamente objetiva, então não há como conjugarmos a matéria e o espaço unidos, somente em separado. O espaço é, portanto, um vazio, um receptáculo das ações humanas; um

vácuo onde a matéria se apresenta de maneira mecanicamente determinada, todo o universo foi posto em movimento e continua funcionando como uma máquina governada por leis imutáveis. Uma das razões pela qual Newton vislumbrava o espaço dessa forma deve ser encontrada no fato de que a extensão era tida como uma de suas propriedades inerentes, onde este era ilimitado e homogêneo em sua totalidade, indiferente aos processos que ocorriam em seu âmbito, embora abarcasse toda e qualquer forma de existência.

Destarte, o espaço é visto como um mero palco e reflexo das ações humanas, da sociedade como um todo; um grande receptáculo da História, do acontecer. Em síntese, algo desprovido de significado e secundário na apreensão do movimento da matéria, e é exatamente sob esta perspectiva que resulta a pouca importância dada pelos autores expostos anteriormente ao espaço.

Entretanto, os esforços contemporâneos de determinados geógrafos, com destaque para Milton Santos, lançaram novas luzes sobre a natureza do objeto da Geografia. Particularmente, destacaremos neste trabalho a noção de inércia dinâmica (Santos, 1978), que nos permite distingui-lo inequivocamente da concepção newtoniana, revelando sua efetiva importância na compreensão do processo histórico.

Para ele, o espaço é um produto do trabalho, uma construção histórica das sociedades em seu constante movimento de mutação. Todavia, sua produção acaba dotando-o de uma propriedade bastante singular: sendo inteiramente práxis e intencionalidade, ele acaba por influenciar a imediata ação humana que virá a seguir. Em outras palavras, o espaço não é apenas fruto da construção humana, mas também um condicionante da mesma. Se o Homem age sobre o espaço, este também atua sobre ele.

Como sugere Santos:

[Sartre] diz que do mesmo modo que 'o prático-inerte rouba minha ação... muitas vezes ele impõe uma contrafinalidade.' Quando se trata do espaço humano, não se fala mais de prático-inerte, mas de inércia dinâmica. A representação é também ação e as formas tangíveis participam do processo tanto quanto os atores (idem, p. 137).

Portanto, o espaço influi e condiciona, de certa maneira, no movimento da sociedade; na própria práxis humana. O espaço roubaria a ação, admitindo determinadas condições que, antes de sua produção, não seriam possíveis e que não foram previstas anteriormente.

Empiricamente falando, podemos citar a tradicional área de concentração das indústrias automobilísticas no Brasil, o ABCD paulista. Tal concentração, que atendia às demandas de mercado das diversas multinacionais aí instaladas, acabou funcionando como uma *condição* para a manifestação das necessidades da classe proletária, cujo resultado concreto foi a criação e o fortalecimento dos sindicatos. Atualmente, o que se observa é que tais empresas simplesmente abandonam ou reduzem suas operações no ABCD, instalando-se em outras frações do território que os mantenha distantes de tais empecilhos.

Por que isso aconteceu? A resposta nos parece inequívoca: se, num primeiro momento, uma série de fatores locais impeliu a produção do espaço pelas multinacionais na fração do território em questão, atendendo aos interesses do modo de produção capitalista, a *posteriori* tal produção mostrou-se contrária aos mesmos, impossibilitando a continuidade de suas operações e obrigando a retirada total ou parcial daquelas instalações. Assim, a *produção do espaço* não se apresentou como um aspecto fundamental na História do ABCD, mesmo que tenhamos clareza que, em última instância, nada disso teria acontecido se a mobilização da classe proletária não transformasse o panorama?

Ainda que tal proposta não seja assimilada sem problemas, chegando mesmo a ser recusada por alguns (Souza, 1988), cremos que esta é a principal característica do espaço geográfico. Se para a Geografia a inércia dinâmica de seu objeto deve ser o norte da reflexão, no âmbito das demais Ciências Sociais não há como negligenciá-la e continuar tratando o espaço de forma irrelevante e contingente.

Notas

*Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e mestrando do curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1 Entendido obviamente o lugar como uma parte do espaço produzido pela praxis humana, e não como um conceito natural, ambiental, destituído da lógica do modo de produção capitalista.

2 O historicismo é uma "(...) contextualização histórica hiperdesenvolvida da vida social e da teoria social, que obscurece e periferaliza ativamente a imaginação geográfica ou espacial. Essa definição não nega o poder e a importância extraordinários da historiografia como modalidade de discernimento emancipatório, mas identifica o historicismo com a criação de um silêncio crítico, com uma subordinação implícita do espaço ao tempo, que tolda as interpretações geográficas da mutabilidade do mundo social e se intromete em todos os níveis do discurso teórico (...)" (SOJA, 1993, p.23).

3 "E quando alguns dos mais influentes críticos sociais da época davam uma guinada espacial ousada, isso não apenas costumava ser visto pelos não-convertidos como algo inteiramente diferente, mas os próprios executores da virada preferiam, muitas vezes, abafar suas críticas ao historicismo, a fim de serem minimamente compreendidos" (SOJA, 1993, p.24).

4 Acerca das categorias necessidade e contingência, consulte: CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista – Categorias e Leis da Dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. 354p.

5 Para uma discussão sobre a economia política e sua relação com o espaço, ver: MARTINS, Sérgio. *Crítica à economia política do espaço*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, DAMIANI, Amélia Luisa, SEABRA, Odete (orgs.). *O espaço no fim-de-século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 13-41.

Referências Bibliográficas

CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista. Categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. 354p.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1870-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546 p.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998. 219p.

MARTINS, Sérgio. *Crítica à economia política do espaço*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, DAMIANI, Amélia Luisa, SEABRA, Odete (orgs.). *O espaço no fim-de-século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 13-41.

MOREIRA, Ruy. *O Círculo e a Espiral: a crise paradigmática do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Obra Aberta, 1993. 142p.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978. 236 p.

———. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1993. 190p.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Espaciologia": uma objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudo-Críticos do Espaço Social). *Terra Livre*. São Paulo, nº 5, p. 21-45, 1988.

———. *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA Roberto Lobato, GOMES Paulo César da Costa (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

Abstract

The aim of this text is emphasize how the space has been interpreted by some social scientists, inside of the perspective to underline its importance about its singular character, endowing it with the capability of being, at the same time, active and passive about the history construction.

Key words: space; time; dynamics inertia; Geography; History.